

ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA ONLINE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM OPERAÇÕES DE PAZ

Sofia Meirose¹

RESUMO

Desde a implementação da resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, existe a preocupação em ampliar o número de mulheres envolvidas em processos de paz, incluindo o número de mulheres militares e policiais nos contingentes de Operações de Paz em todo o mundo. No Brasil, os últimos dois anos foram marcados pelo envio das primeiras mulheres em posições de lideranças em missões da ONU no continente africano. Este estudo pretende analisar a forma que o jornalismo on-line brasileiro aborda o assunto e de que maneira é construída a imagem da mulher "capacete azul".

PalavrasChaves: Mulheres. Paz. Segurança. Operações de Paz. ONU

ABSTRACT

Since the implementation of UN Security Council resolution 1325, there is a concern to increase the number of women involved in the peace process, including the number of military and police women in Peacekeeping contingents worldwide. In Brazil, the last two years were marked by the sending of the first women in leadership positions in UN missions at the African continent. This study aims to analyze the way that the Brazilian online journalism approaches these subject and how the image of the "blue helmet" woman has been build.

Keywords: Women. Peace. Security. Peacekeeping Operations. UN

1. Capitão do Quadro Complementar de Oficiais do Exército. Especialista em Assessoria em Comunicação Pública pelo Instituto de Educação Superior de Brasília. Bacharel em Comunicação Social/ Relações Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: sofiameirose@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que celebra seu vigésimo aniversário em 31 de outubro de 2020, introduziu definitivamente o assunto “Mulheres, Paz e Segurança” à pauta não só aos governos dos Estados-Membros, mas também ao ambiente acadêmico, ao institucional das Forças Armadas - FFAA, à sociedade civil e à mídia.

Consolidado como um dos principais documentos das Nações Unidas sobre o tema, a resolução exigiu que as mulheres fossem inseridas no contexto da busca pela paz e segurança, proteção contra violações e promoção de acesso a direitos, destacando seu papel fundamental na prevenção e solução de conflitos.

Reconhecendo a pequena participação de mulheres em papéis de destaque em nível mundial, o Conselho de Segurança demandou que os Estados-Membros assegurassem o aumento da representação feminina “em todos os níveis dos processos decisórios em instituições e mecanismos nacionais, regionais e internacionais e mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 02). O referido documento também é pontual no que diz respeito ao principal instrumento prático das Nações Unidas para a promoção da paz, as Operações de Manutenção da Paz da ONU, ao solicitar que o Secretário-Geral procurasse expandir os cargos e as contribuições das mulheres nas operações das Nações Unidas no terreno, e especialmente entre os observadores militares, policiais civis e o pessoal dedicado aos direitos humanos e às tarefas humanitárias. A resolução em voga refere-se também à necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz.

No entanto, cerca de 18 anos após o lançamento da resolução 1325, o crescimento da atuação das mulheres, principalmente no que se refere às tropas militares e policiais no terreno, continuava abaixo das expectativas – o que suscitou a necessidade de outras ações que demandassem uma maior inserção dessas personagens no cenário apresentado. Assim, em 2018, foi lançada uma “Estratégia de Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado”, que se constitui em um plano de metas para que os países contribuintes de tropas aumentem de forma efetiva a participação de mulheres uniformizadas nas Missões de Paz em um período de 10 anos.

O Brasil, apesar de participar das Operações de Paz desde sua criação, em 1947, e ter comandado a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) durante 13 anos, ainda expressa contribuição baixa, em termos numéricos, no que diz respeito à participação das mulheres militares em seus contingentes. No entanto, não há como deixar de ressaltar os avanços percorridos pelo País no que se refere a mulheres e FFAA e a inserção destas em Operações de Paz.

O país lançou, em 2017, um Plano Nacional de Ação para Mulheres Paz e Segurança (PNAMPS), tal como outros três países sul-americanos - Argentina, Chile e Paraguai. O plano brasileiro está estruturado em quatro áreas fundamentais, definidas no documento como "pilares", são eles: 1) Participação; 2) Prevenção e Proteção; 3) Consolidação da Paz e Cooperação Humanitária; e 4) Aprofundamento, Sensibilização e Engajamento. Dentro de cada pilar, o PNAMPS estabelece objetivos a serem cumpridos, principalmente, pelos Ministérios da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores, com implicações diretas para as Forças Armadas e as Polícias Militares.

No contexto dos objetivos estabelecidos pelo PNAMPS e também pelos diferentes documentos das Nações Unidas, nos anos de 2018 e 2019, houve importantes avanços na agenda de "Mulheres, Paz e Segurança" (MPS) dentro das Forças Armadas brasileiras, com incrementos relevantes no que diz respeito à ocupação de cargos relevantes e ao reconhecimento.

Dentro da perspectiva do aumento da participação de mulheres uniformizadas brasileiras em Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas, este artigo pretende refletir sobre como esta participação é abordada pelo jornalismo online brasileiro, tendo como enfoque matérias veiculadas nos anos de 2018 e 2019. Para além do conteúdo dos escritos e de seus impactos buscamos, no contexto das FFAA brasileiras, relacionar os processos que culminaram com a preparação e envio das primeiras mulheres militares brasileiras para posições de destaque em Operações de Paz no continente africano.

1. MULHERES E OPERAÇÕES DE PAZ

As chamadas Operações de Paz lideradas pela ONU são ambientes complexos, multifuncionais, multinacionais e multiculturais, reunindo contingentes militares, policiais e civis, que têm sido objeto de vários estudos em diversas áreas. A participação e o papel da mulher nestas operações são abordados não apenas pelas resoluções e estudos emitidos pelas Nações Unidas, mas também por pesquisadores, e por que não dizer, principalmente, por pesquisadoras²,

em todo o mundo.

Desde a década de 1990, as questões relativas às mulheres em áreas de conflito têm sido uma preocupação crescente no âmbito das Nações Unidas, gerando diversos documentos e relatórios, que culminaram na resolução 1325, seguida de outras nove diferentes resoluções³. Houve o reconhecimento de que, principalmente, mas não apenas, mulheres e meninas são afetadas pela violência dos conflitos armados, seja violência sexual, violência baseada em gênero, seja por outras formas de violência, perpetradas não só pelos elementos integrantes do conflito, mas também pelas próprias Forças trazidas para garantir a paz. Os documentos em questão buscaram garantir a proteção dos

direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção da paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado. (FRITZ, 2010, p. 340).

Neste mesmo período, também houve significativas transformações no contexto geral das Operações de Paz, incluindo mais ações humanitárias e de proteção aos direitos humanos. Assim, foram atribuídas novas tarefas aos contingentes militares e policiais, que vão muito além de apenas prover segurança, ou dão uma nova dimensão ao que seria prover segurança. Helena Carreiras (2015), em seu artigo “Mulheres e Operações de Paz”, destaca que essa mudança nos papéis das Forças Armadas em operações complexas de manutenção da paz, exigiu a presença feminina e proporcionou novas oportunidades para as mulheres. Apesar do debate, das novas oportunidades e do reconhecimento da importância do tema, ainda persiste uma grande dificuldade em implementar a agenda de gênero na segurança internacional. Neste sentido, de acordo com Carreiras (2015), é possível estabelecer três diferentes paradoxos.

O primeiro deles é a distância entre as normas estabelecidas e a prática. Apesar de haver metas claras, elas são difíceis de atingir. Segundo Hamann, Giannini e Pereira (2019), o percentual de mulheres uniformizadas participando de Operações de Paz cresceu apenas 1% desde 2015. As autoras destacam o caso brasileiro: em setembro de 2019, o Brasil desdobrava 61 militares em Missões de Paz de caráter individual; destes apenas cinco eram mulheres, perfazendo 8% do total. Para cumprir a meta de 16% estabelecida pela ONU para

-
2. De acordo com Al-Rasheed (2015, p. 62), as mulheres perfazem 62,1% do total de autores que tiveram artigos publicados na Revista Científica Internacional Peacekeeping sobre o tema “Mulheres e Operações de Paz” no período em 2000 e 2014.
 3. As resoluções: 1325 (2000), 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013), 2122 (2013), 2242 (2015), 2467(2019) podem ser consultadas em Brasil (2016).

o ano de 2019, seria necessário que cinco mulheres substituíssem postos ocupados por homens. As pesquisadoras apontam, ainda, sete desafios que impactam na participação de mulheres brasileiras em Missões de Paz:

(1) dificuldades metodológicas na produção e armazenamento de dados sobre o assunto; (2) expectativa social sobre o papel da mulher; (3) quantidade de mulheres nas Forças Armadas e Forças Auxiliares brasileiras; (4) participação em níveis hierárquicos mais altos; (5) comunicação das vagas e dos processos seletivos; (6) condições no terreno, com riscos e sacrifícios inerentes às mulheres; e (7) preparo/treinamento antes do desdobramento. (HAMANN; GIANNINI; PEREIRA, 2019, p. 4)

O segundo paradoxo é a existência de resultados contraditórios nas pesquisas a respeito da participação de mulheres nos processos de paz. Ainda segundo Carreiras (2015), embora estudos tenham demonstrado que a presença das mulheres na manutenção da paz aumenta a eficácia das missões, outras pesquisas levantaram preocupações sobre as resistências à integração, apontando efeitos potencialmente prejudiciais no moral e no desempenho da tropa.

Já o terceiro e último ponto paradoxal levantado pela autora é o conflito potencial existente entre os discursos usados para legitimar os novos papéis das mulheres militares e as condições para sua participação igualitária como agentes na segurança internacional. Para Carreiras (2015), esta suposição da predisposição da mulher para a paz ajuda a perpetuar a visão segundo a qual o lado feminino é assimilado à passividade e impotência, da mesma forma que o lado masculino remete a um ideal guerreiro. Neste sentido, Rebelo (2013) explica que:

Os contingentes militares das missões de paz são vistos como ambientes dominados por homens, que valorizam princípios ligados à masculinidade militarizada. O conceito de masculinidade se refere a '[...] uma série de atitudes e práticas culturalmente entendidas como apropriadas e próprias ao homem [...]'. [...] A masculinidade militarizada [...] é um modelo de masculinidade que tem como complemento uma forma de feminilidade passiva, que reduz a mulher a posições de status e poder inferiores (REBELO, 2013, p. 823).

Levando-se em conta principalmente o último paradoxo evidenciado por Carreiras (2019), é possível estabelecer relação entre as práticas culturais generificadas e a questão da participação de mulheres em Operações da Paz. Sendo a imprensa um dos agentes de transformação da sociedade, a imagem por ela refletida e os conceitos disseminados revestem-

se de importância para a legitimação da participação feminina nestas missões e para a quebra dos estereótipos.

2. SOBRE JORNALISMO ON-LINE

O final do século XX foi marcado pela popularização da internet e, com ela, por uma nova forma de produzir, apresentar e consumir informação. O jornalismo está entre as atividades que mais se modificou com essa nova realidade trazida pela chamada “Era da Informação”⁴

O jornalismo produzido dentro desta nova realidade possui diferentes formas e nomenclaturas como: jornalismo eletrônico; jornalismo digital ou jornalismo multimídia; ciberjornalismo; jornalismo on-line e webjornalismo. No ambiente acadêmico, encontram-se diversas discussões sobre as características e diferenças dos tipos de jornalismo anteriormente citados, embora, muitas vezes, sejam usados como sinônimos. Para efeitos deste artigo, utilizaremos o termo jornalismo online, definido pelo conceito trazido por Mielniczuk (2003, p.44), que o descreve como “desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real”.

No entanto, o jornalismo on-line preserva conceitos e características tradicionais, acrescidas de outras próprias, pode ser considerado uma evolução do jornalismo impresso, radiofônico e televisivo. O jornalismo, ou simplesmente a imprensa, é interpretado de muitas formas por diferentes autores, porém, para a maioria deles, há o consenso de que a imprensa é uma parte integrante da sociedade civil e elemento essencial à democracia.

Um dos pioneiros nas pesquisas sobre jornalismo no Brasil, Luiz Beltrão (2006) destaca que jornalismo, antes de tudo, é informar, mas não “pura e simplesmente” informar os fatos, “mas também examiná-los à consideração pública; propor soluções, estabelecer e fundamentar ensinamentos deles extraídos.” (BELTRÃO, 2006, p. 26). O autor ainda considera que essa análise e interpretação dos dados deve ser publicada de forma periódica, objetivando “difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum.” (BELTRÃO, p. 30). Berger e Tavares (2008) trazem este conceito de forma ampliada, acrescentando que o jornalismo não deve abordar apenas fatos, mas também

4. Conceito utilizado por Manuel Castells para definir a era pós-industrial, vide trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura”, São Paulo: Terra e Paz, 1999-2018.

temas que interessam à sociedade.

Para cumprir a tarefa de trazer à luz fatos relevantes e assuntos de interesse da sociedade, o jornalismo faz uso uma linguagem particular, independente de meio de comunicação ou até mesmo de gênero textual. Traquina (2006), chama esta linguagem de “jornalês”, cuja principal característica é a sua qualidade de ser compreensível. O autor ressalta que a comunicação jornalística precisa se dar “através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade.

Assim, além de trazer em si a missão e as características da imprensa tradicional, o jornalismo desenvolvido para a internet reúne algumas características singulares. Palacios (2002) estabelece seis características específicas: interatividade, hipertextualidade, multimídia, convergência, memória e atualização contínua.

Este estudo não pretende se debruçar sobre as particularidades do jornalismo on-line nas matérias selecionadas, mas sim analisar os conteúdos dos escritos sob a ótica das características inerentes ao formato jornalístico em geral. Foi escolhido o jornalismo on-line, pois – como uma de suas características é a memória, devido à enorme capacidade de armazenamento da internet – é o formato no qual podemos encontrar o maior número e diversidade de matérias. Levando em conta, ainda, a multimídia, encontramos textos, vídeos, áudios, fotorreportagens, gráficos e, muitas vezes, combinações de todos ou alguns destes formatos. Desta forma, é possível encontrar um maior número de documentos para análise e traçar um panorama mais amplo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa pretende investigar como a participação de mulheres em Operações de Paz das Nações Unidas é abordada pelo jornalismo brasileiro on-line, tendo como enfoque matérias veiculadas nos anos de 2018 e 2019, buscando perceber qual a imagem da mulher “capacete azul”⁵ no contexto brasileiro. O estudo também apresenta os seguintes objetivos específicos: investigar as características das notícias sobre a participação de mulheres em Operações de Paz; apontar os principais aspectos abordados pelas publicações e contribuir para a difusão das atividades por elas realizadas.

5. Termo utilizado para definir os militares que servem sob a bandeira das Nações Unidas em Operações de Paz, cujo uniforme é caracterizado pelo capacete de cor azul celeste com as inscrições UN, vide Organização das Nações Unidas (2019).

Para o tratamento das matérias selecionadas por meio de pesquisa exploratória, será utilizado o método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2011), que prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos dados obtidos. Aqui, ainda de acordo com a autora, pretende-se um desvendar crítico de conceitos nem sempre explícitos no texto das matérias a serem analisadas.

Inicialmente, será realizada a leitura flutuante de todo o material coletado, com a qual será possível selecionar o recorte a ser estudado e também estabelecer algumas categorias de análise para os textos a serem estudados. Devido a características específicas da cobertura jornalística, a análise de conteúdo tal como propõe Bardin (2011), apesar de ser amplamente utilizada, pode não contemplar todos os aspectos inerentes a uma notícia veiculada por um meio de comunicação de massa.

Assim, o estudo utilizará, mesmo que de forma adaptada, o protocolo de análise de cobertura jornalística, proposto por Silva e Maia (2011, p. 26-27), para complementar as informações levantadas pelo método tradicional de análise de conteúdo.

As autoras organizam o protocolo em três níveis analíticos - (1º) marcas da apuração, (2º) marcas da composição do produto e (3º) aspectos da caracterização contextual. O primeiro nível é mais específico, abordando apenas a matéria jornalística, por meio da investigação do método de apuração e da estratégia de cobertura. Já o segundo nível analisa de forma mais ampla o produto jornalístico, caracterizando imagens, gráficos, diagramação, posicionamento, entre outros. Por fim, o terceiro busca avaliar aspectos da dimensão organizacional e do contexto das produções jornalísticas.

4. ANÁLISE DO MATERIAL SELECIONADO

Para a realização da presente análise, os conteúdos foram selecionados por meio de serviços de busca de notícias na internet (<<https://news.google.com/>>), utilizando-se as seguintes expressões: "mulher+operação+paz+ONU" e "mulher+missão+paz+ONU". Como forma de ampliar os resultados, também foram realizadas investigações, utilizando-se as mesmas expressões anteriores, no site de buscas geral (<https://www.google.com.br/>).

Assim, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 05 de dezembro de 2019,

foram encontradas 25 matérias versando sobre a “Participação de Mulheres em Operações de Paz” publicadas em sites jornalísticos brasileiros, em língua portuguesa. Foram selecionados somente conteúdos eminentemente jornalísticos, obtidos on-line, conforme as características explanadas anteriormente. As publicações institucionais das Nações Unidas ou de outras organizações envolvidas, os avisos de pauta e as matérias replicadas, na íntegra, por outros veículos foram desconsideradas. Neste último caso, analisou-se apenas o material obtido no veículo de imprensa que originou o conteúdo replicado.

Tomando-se em conta o material selecionado, será apresentado, primeiramente, o resultado obtido, aplicando-se, de maneira adaptada, o protocolo proposto por Silva e Maia (2011). Diferente do que propõem as autoras, iniciaremos pelos apontamentos relativos ao contexto de produção, pois consideramos que estes são fundamentais para a compreensão dos demais aspectos. Posteriormente, serão expostas as considerações relativas a efetiva análise dos conteúdos abordados pelos textos jornalísticos.

4.1 Aspectos do contexto de produção

4.1.1 Contexto interno

No que se refere às características dos veículos de comunicação que abordaram o tema “A participação de Mulheres em Operações de Paz”, podemos dividi-los entre veículos pertencentes a grandes conglomerados de comunicação, veículos especializados na área de defesa e veículos regionais ou de interesse restrito. Um pouco menos da metade das matérias (44%) foi publicada em portais pertencentes a grupos de comunicação consolidados, como G1, R7, Folha de S. Paulo, Exame, entre outros. O segundo maior grupo é o de veículos regionais, totalizando 28% dos textos encontrados. Na imprensa especializada na área de Defesa, encontramos cinco comunicações, 20% do total. As duas matérias restantes, perfazendo 8%, foram publicadas em portais bastante segmentados, que possuem maior conotação política.

4.1.2 Contexto externo

Ao avaliarmos o contexto externo que envolve as produções selecionadas, destacam-se alguns aspectos relevantes no que se refere ao tema da participação de mulheres em Operações. O primeiro deles refere-se à atuação propriamente dita das Nações Unidas para que mais mulheres militares, das Forças Armadas e auxiliares, atuem em missões de paz, tanto em posições-chave, quanto na tropa propriamente dita. No período considerado para os estudos, houve o lançamento da “Ação para a Manutenção da Paz” - Declaração de compromissos sobre as operações de manutenção da paz das Nações Unidas, por meio da qual foi pactuado um

compromisso coletivo para executar, entre outros pontos focais, a agenda sobre mulheres, paz e segurança, garantindo participação significativa e igualitária das mulheres em todas as etapas do processo e aumentando o número de mulheres e civis uniformizados em operações de manutenção da paz em todos os níveis (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018a). Além da declaração, foi estabelecido um plano de metas concretas para o aumento de mulheres atuando em operações de paz, em um período de 10 anos, a “Estratégia para a Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018b).

No Brasil, o PNAMPS estabeleceu, no âmbito doméstico, diversas ações a serem implementadas buscando a maior participação de mulheres em operações de paz. O que, na área militar, culminou com o envio das primeiras mulheres para postos-chave em Operações de Paz no Continente Africano.

No contexto mais amplo, este foi um período de transformações e instabilidades, tanto políticas, quanto econômicas, no Brasil e no mundo. Marcado, em nível mundial, pelo crescimento dos conflitos, das tensões geopolíticas e da instabilidade econômica, os últimos dois anos também se caracterizaram por uma aparente estagnação nas agendas relativas à direitos humanos e meio-ambiente. No Brasil, o ano de 2018 foi marcado pela questão da intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro e pelo período eleitoral, que acirrou a polaridade política no país. O novo governo trouxe mudanças para diversas áreas da política brasileira, como é o caso das políticas sociais, culturais e de direitos humanos, entre outras.

4.2 Aspectos do contexto de produção

4.2.1 Assinatura

Ao se realizar o levantamento da forma como as matérias selecionadas são assinadas, ou seja, quem aparece como o responsável pela elaboração do texto jornalístico, foi possível apurar que 60% dos textos são produzidos pela redação ou assinados por repórter do próprio veículo. As comunicações nas quais não consta nenhuma forma de assinatura somam 16%, mesmo percentual obtido pelas matérias assinadas por agências de notícias. Apenas um texto (4%), foi produzido por um colaborador do veículo.

4.2.2 Local

O conteúdo produzido de forma interna nas redações, no qual o jornalista utiliza-se de

formas de consulta disponíveis, sem evidências de deslocamento para o local em que acontece o fato ou onde estão seus personagens ou fontes, dá o tom para as matérias que se referem à participação de mulheres nas Operações de Paz, perfazendo 80% dos textos que compõem o universo estudado. Já as matérias produzidas no ambiente externo, de modo que exista uma preocupação do profissional da imprensa em se deslocar para apurar fatos, conhecer ambientes ou pessoas relevantes para a produção da pauta, enriquecendo a produção jornalística, somam apenas 20% do total.

4.2.3 Origem

Esta categoria de classificação diz respeito à forma como o conteúdo é obtido, se de forma direta, escrito a partir de declarações, entrevistas, depoimentos ou até mesmo documentos originais tomados diretamente da fonte pelo jornalista ou se a matéria tem origem em publicações de agências de notícias ou mesmo em outros veículos. Como a maioria dos textos consultados tratava de duas personagens, abordando a participação delas em Operações de Paz, algumas vezes ficou difícil definir se o texto final havia sido obtido diretamente com as fontes, ou se tinha origem em material disponibilizado por agências de notícias ou por textos já publicados por outros veículos.

Desta forma, restou apurado que 36% do conteúdo analisado era produzido em primeira mão, ou seja, para a confecção destas matérias o profissional ou os profissionais responsáveis realizaram efetivamente consulta às fontes. Nestes casos, houve a preocupação em entrevistar as militares ou seus familiares, enriquecendo o material, diferenciando-o da grande maioria e, até mesmo, servindo de fonte para outros veículos.

O material produzido pelas assessorias de imprensa/ agência de notícias da ONU, da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro, entrevista publicada pelo Instituto Igarapé e notícias publicadas pela Folha de S. Paulo e por algumas agências de notícias serviram para a elaboração de 64% dos textos consultados.

4.3 Marcas da composição do produto

4.3.1 Gênero jornalístico/natureza do texto informativo

Aqui vamos classificar os textos coletados conforme o gênero jornalístico, conceito definido como

classe de unidades da Comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas (MELO; ASSIS, 2016, p. 49).

Assim, para fins deste estudo, será usada a classificação de gêneros jornalísticos apresentada pelo jornalista e professor José Marques de Melo (MELO; ASSIS, 2016, p. 50-51), que é dividida da seguinte forma: gêneros hegemônicos - o informativo e o opinativo -, e a eles acrescentando os gêneros complementares - interpretativo, diversional e utilitário. O gênero jornalístico utilizado para produzir as comunicações sobre a participação de mulheres em operações de paz é gênero informativo, que se caracteriza pelo relato factual. O gênero informativo subdivide-se em nota⁶, notícia⁷, reportagem⁸ e entrevista⁹.

As comunicações que se classificam no gênero notícia somam 68% do total. Muitas das matérias veiculadas apresentam inserções de falas das militares empregadas em missões de paz, mas apenas 16% do total de textos é efetivamente classificado no gênero "entrevista". Apenas uma das comunicações selecionadas (4%) é uma notícia apresentada no formato de foto-legenda¹⁰, uma sequência de fotos do trabalho executado pela Tenente-Coronel Andréa Firmino no Saara Ocidental, acompanhada de legenda. Por fim, as duas matérias restantes (8%) são apresentadas em vídeo e possuem características de reportagem, por serem mais completas.

-
6. Relato de acontecimento que está em processo de configuração. Nem todos os elementos da notícia são conhecidos. Trata-se de um furo: antecipação de um fato que pode gerar notícia (MARQUES DE MELO, 2006, apud CARVALHO; GURGEL, 2010, p. 3)
 7. Relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Contém necessariamente repostas às perguntas de Quintiliano "que+quem+quando+como+onde+porque" (Ibidem).
 8. Relato ampliado de acontecimento que produziu impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos) (Ibidem).
 9. Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de apuração dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando "voz" aos "agentes" da cena jornalística. (Ibidem).
 10. Legenda ampliada que, em combinação com a foto ou ilustração a que se refere, deve esgotar o assunto de que trata. Deve ser curto, objetivo e combinar as qualidades do bom texto com as da boa legenda. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996)

4.3.2 Localização do conteúdo no veículo

Como o universo de produções jornalística selecionadas, contempla apenas a veiculação na internet, algumas marcas de localização do conteúdo - como posicionamento na página, capa, manchete - são muito particulares das publicações impressas e serão desconsideradas neste estudo. Restando, apenas verificar as editorias¹¹ escolhidas para a veiculação das matérias. De todas as categorias estudadas, esta foi a que apresentou maior diversificação. Também é possível verificar algumas editorias próprias de veículos de comunicação segmentados para públicos determinados e próprias dos meios eletrônicos, embora a maioria ainda siga a lógica estabelecida pela mídia tradicional.

A editoria "Mundo" foi escolhida para abrigar 24% das matérias consultadas e, quase que como uma contraposição, outras 24% foram publicadas sobre a aba "Estados". Os textos publicados em editorias com características militares - que foram reunidas, pois apresentavam alguns títulos ligeiramente diferentes - contabilizam 16% do total. As tradicionais "Cotidiano" e "Mulheres", somam 8% cada, enquanto as editorias "Cidades", "Conquista" e "Fotografia" foram escolhidas para a publicação de apenas um texto cada (4%).

4.3.3 Recursos Audiovisuais ou adicionais

As fotografias são os recursos mais utilizados, fazendo parte de 23 das 25 produções selecionadas, somando 92% do total. Em seguida, aparecem as matérias ilustradas por vídeo, que perfazem 16% do total. Já os boxes compõem 12% dos textos. Gráficos, tabelas e infográficos não foram escolhidos para enriquecer as produções consultadas. Na maioria dos casos, dois ou mais recursos são usados de forma concomitante.

4.4 Aspectos do contexto de produção

No conteúdo examinado, um dos aspectos que mais chama a atenção é a predominância de personagens. A grande maioria dos artigos encontrados (72%) trata, necessariamente, sobre um personagem feminino que está envolvido em Operações de Paz, seja quem está se preparando para participar, está efetivamente atuando em campo ou, ainda, já retornou da missão e está abordando a experiência vivida.

11. Cada uma das seções ou equipes que formam a Redação do jornal. Cada editoria é responsável pela cobertura de determinado campo temático. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996).

A Tenente-Coronel Andréa Firmo, do Exército Brasileiro, a primeira mulher a comandar *Team Site*¹¹ em operações de paz sob a égide da ONU no Saara Ocidental, é personagem central de nove das comunicações selecionadas, ou seja, 36% de todo o material levantado. Já a Capitã de Corveta Márcia Andrade Braga, que recebeu o prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero da ONU, em março de 2019, por seu trabalho realizado como assessora militar de gênero na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), protagonizou oito matérias (32%). Apenas um texto (4%) versou sobre duas militares da Força Aérea Brasileira que participaram de missões de paz de caráter individual no continente africano e casos individuais de três policiais militares de diferentes estados também foram abordados.

O preparo de militares mulheres para a atuação em operações de paz internacionais foi abordado por dois diferentes textos (8%), que enfocaram o Estágio de Operações de Paz para Mulheres do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval. Por fim, quatro matérias destacaram o assunto da participação de mulheres em operações de paz com um caráter mais abrangente, mesclado com outras pautas relevantes.

Dentre as nove matérias que destacam a participação da Tenente-Coronel Andréa Firmo, do Exército Brasileiro, seis foram notícias, uma entrevista, uma reportagem em vídeo e outra uma galeria de imagens, estilo foto-legenda. Os textos são muito parecidos entre si, tendo o pioneirismo e a história de vida como ponto chave.

As comunicações analisadas destacam o pioneirismo da militar como mulher brasileira comandante de base militar da ONU em uma Operação de Paz, ressaltando o fato de que ela era responsável por um time de mais de 20 pessoas, na sua maioria homens militares. No aspecto relativo à missão, os pontos mais abordados foram os desafios enfrentados, o preparo, além da motivação para o voluntariado para a missão. As publicações também se preocuparam em apresentar um histórico da Minurso (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental), buscando a contextualização das atividades desempenhadas pela personagem central.

12. Equipe Local. *Team Site* é o termo utilizado para definir os postos dos Observadores Militares (SOUZA, 2018).



Figura 1 - Imagem ilustrativa de notícia sobre a Tenente-Coronel Andréa Firmo. Fonte: Istoé, 2019

A história de vida da Tenente-Coronel Andréa Firmo foi recorrente em todos os textos, dando destaque para o pai militar e a formação como professora de inglês e sua carreira dentro do Exército Brasileiro. Todas as publicações com referências a ela imprimem um caráter de humanização, muito presente no jornalismo atual, principalmente das mídias sociais. O apoio da família foi muito destacado como primordial para a decisão de se voluntariar para a Missão. O desafio da distância dos filhos e formas utilizadas para lidar com esta situação também foram abordadas por todas as publicações.

As questões relativas à igualdade de gênero mostraram-se presentes na abordagem em defesa do papel da mulher nas Forças Armadas e também quando ela, de maneira muito enfática, demonstra como a sociedade permite ao homem afastar-se de sua prole, mas não vê com bons olhos quando a mulher o faz. Para ela: “[A sociedade] dá ao pai uma permissão para se afastar e não para a mãe. Precisamos aprender a ter esse desprendimento” (ESTARQUE, 2019), reportando conteúdos sobre as desigualdades sociais de gênero. As imagens ilustrativas das notícias, entrevistas e até mesmo da Galeria de Fotografias sobre a Tenente-Coronel Andrea Firmo são imagens típicas de arquivo pessoal, caracterizadas por fotos posadas, individuais e com menos relevância jornalística (Figura 1).



Figura 2 - Tenente-Coronel Andrea Firmo em atuação no Saara. Fonte: HAMANN, 2019

Apesar da relevância do trabalho no comando de 22 militares, na sua maioria homens, e dez civis, as imagens apresentadas, em nenhum momento mostravam a militar em posição de comando, à frente de homens ou mulheres. No entanto, imagens da militar em atuação frente a seus comandados estavam disponíveis na entrevista realizada pela Dra. Eduarda Hamann, do Instituto Igarapé.



Figura 3 - Tenente-Coronel Andrea Firmo em atuação no Saara.
Fonte: HAMANN, 2019

As matérias que tem como personagem principal a Capitã de Corveta Márcia Braga, de forma diferente do que acontece com as protagonizadas pela Tenente-Coronel Andréa Firmo, são marcadas fortemente por trazer as questões ligadas à proporção da paridade de gênero nas Operações de Paz e o papel da mulher na promoção da paz e da segurança no mundo.

Todas as sete matérias têm como mote o prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero da ONU, trazendo as discussões relativas ao tema por meio da fala da Comandante. É discutida a necessidade da atuação de mais mulheres militares e policiais atuando em campo, no nível tático.

É dado grande destaque, também, para a atuação da Comandante como assessora militar de gênero em Missão na República Centro-Africana. De caráter simbólico, é possível analisar que as imagens que acompanham os textos mostram de forma efetiva a atuação da militar no terreno, como a imagem dela com a cabeça coberta pelo lenço muçulmano e encimada pela boina azul, símbolo dos soldados da paz, conservando com uma moradora do local (Figura 4). A imagem na qual a Capitã de Corveta Márcia Braga aparece discursando no tradicional púlpito de mármore negro com o símbolo da ONU (Figura 5), de onde normalmente vemos chefes de Estado fazendo pronunciamentos, é uma das mais impactantes e recoberta de significado.

Apenas duas matérias abordam as questões pessoais e a história de vida da militar, porém com menos ênfase do que àquelas dedicadas à Tenente-Coronel Andréa Firmo. O enfoque dado foi a trajetória profissional para entrar na Marinha e dentro da Instituição.

As notícias locais, que têm como personagens as integrantes da polícia militar de diferentes estados da Federação, possuem várias características comuns. Todos os textos consultados exaltam o pioneirismo da participação feminina em operações de paz naquele estado. Existe também o enfoque no preparo realizado e nos desafios a serem enfrentados. É interessante destacar que todas as matérias abordam, de alguma forma, a importância da participação de policiais militares mulheres nas operações de paz e os resultados positivos alcançados.



Figura 4 - Atuação da Comandante Márcia Braga na MINUSCA
Fonte: UOL-Universo, 2019.

Apenas duas matérias abordam as questões pessoais e a história de vida da militar, porém com menos ênfase do que àquelas dedicadas à Tenente-Coronel Andréa Firmo. O enfoque dado foi a trajetória profissional para entrar na Marinha e dentro da Instituição.

As notícias locais, que têm como personagens as integrantes da polícia militar de diferentes estados da Federação, possuem várias características comuns. Todos os textos consultados exaltam o pioneirismo da participação feminina em operações de paz naquele estado. Existe também o enfoque no preparo realizado e nos desafios a serem enfrentados. É interessante destacar que todas as matérias abordam, de alguma forma, a importância da participação de policiais militares mulheres nas operações de paz e os resultados positivos alcançados.



Figura 5 - Comandante Márcia Braga fala na ONU
Fonte: UOL-Universo, 2019

A experiência vivida por duas majores da FAB no Sudão/ Sudão do Sul é tema de apenas uma das matérias (MARQUES, 2019), que, da mesma forma que as demais, enfatiza o pioneirismo, as experiências vividas durante a missão, as aspirações e desafios. O texto também foi publicado em uma editoria regional do Distrito Federal, porém o fato apareceu de forma secundária. O mote da publicação é a comemoração do “Dia Internacional dos Peacekeepers”, realizada em Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de fechamento deste estudo, podemos tomar como base o que aponta Silveirinha (2004), quando considera que os meios de comunicação de massa são um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades, por meio dos quais se constroem definições de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo. Somando a isso, consideramos que os profissionais e veículos de imprensa são um dos responsáveis por estas elaborações. Longe da aura de isenção e imparcialidade, usam “os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de uma certa maneira as que coisas que veem” (Bourdieu, 1997, p. 12). Construir notícias, matérias, reportagens, personagens, enfim “informar” o público, também está relacionado a definição de representação apresentada por Hall (1982 apud CERQUEIRA, 2008, p.140), que aponta para um “trabalho ativo de selecionar e apresentar, de estruturar e moldar; não se refere a transmitir meramente o significado já existente, mas ao trabalho mais ativo de fazer com que as coisas tenham significado”.

Dentro desta perspectiva e analisando os conceitos e dados já apresentados por este breve estudo, podemos considerar que a participação de mulheres em Operações de Paz tem sido divulgada pela mídia brasileira nos últimos dois anos. A cobertura não é extensa, porém o assunto é pauta de veículos tradicionais, da “grande mídia” e que gozam de certa credibilidade junto ao público, além de repercutir em veículos regionais e especializados.

As matérias são predominantemente de origem secundária, tendo como fonte textos disponibilizados por assessorias de imprensa da ONU, das Instituições de origem das militares ou por agências de notícias. Assim, fica clara a importância da condução das atividades das assessorias de imprensa institucionais, no sentido de disponibilizar material de qualidade, tanto textual, quanto de imagem.

Também foi possível avaliar que, no contexto brasileiro, a mulher “capacete azul” é retratada primeiramente sob o viés da novidade, do pioneirismo. O novo é o fato gerador da notícia. No entanto, após esta abordagem inicial, são trazidos assuntos mais densos, que revestem de importância a inclusão de mulheres em espaços majoritariamente masculinos e o papel da mulher no processo de paz de um modo geral.

O preparo, a capacitação e carreira nas Forças Armadas são apresentados pelas comunicações para construir a imagem dessas mulheres. No geral, são desenhadas como militares de sucesso na carreira, mesmo que em áreas de atuação fora da atividade fim das Forças Armadas, que tiveram preparo e capacitação para exercer função delegada a elas dentro das Operações de Paz as quais foram designadas. O fator “surpresa” com o convite e escolha também sempre está presente. A militar, apesar de se considerar preparada para participar de atividades como a de observador militar, não acreditava estar no universo de seleção.

Quando passamos para o desempenho da função em si, a mulher que participa de Operações de Paz aparece como preocupada com a equipe com qual trabalha e com a população local afetada pelo conflito e envolvida no processo de paz, principalmente junto a mulheres e crianças. O comprometimento e a dedicação com os objetivos da missão também constituem marcas fortes dessas militares, segundo o material analisado.

Foi percebida uma abordagem, por parte de alguns veículos, que busca, de certo modo, suavizar a figura das personagens, as afastando da figura de militar tradicional, evocando seu papel dentro da estrutura familiar, como mãe, esposa e filha. Por outro lado, questões e visões estereotipadas, que muitas vezes são abordadas em matérias jornalísticas envolvendo o “universo feminino”, como cuidados pessoais e beleza, ficaram de fora das abordagens.

Um dos destaques nas matérias avaliadas é o chamamento para que mais mulheres participem de Operações de Paz, em todos os níveis. As falas são dirigidas às próprias mulheres militares, mas também às autoridades dos países que contribuem com tropas e militares para missões de

caráter individual. Também é possível perceber a preocupação em disseminar o conhecimento e experiência para militares interessadas em participar de missões futuras, como forma de treinamento e incentivo.

Por tudo que foi exposto, é possível perceber que a imagem da mulher peacekeeper construída por meio das comunicações de imprensa analisadas é dual. Uma das faces é delineada pelo lado da dureza, da firmeza, caracterizada e pontuada por desafios como: os ambientes instáveis e inóspitos, a falta de conforto, o desempenho de tarefas arriscadas e extenuantes, além os papéis de chefia e liderança de tropas. É uma face masculina ditada pelo senso comum. Enquanto isso, a outra face é representada pela suavidade, pelo tom conciliador, pelas ações humanitárias, pela preocupação com o outro e pelo desempenho das funções ligadas a casa e a família. Essa é a face feminina naturalizada.

Acreditamos que é neste misto de estereótipos masculinos e femininos que surge a imagem da mulher que participa de Operações de Paz, construída pelos veículos de imprensa analisados. Unindo os dois mundos, surge uma mulher que é protagonista da própria história, realiza um trabalho que considera relevante pessoal e profissionalmente e, principalmente, consegue ter voz e projeção dentro de um ambiente majoritariamente masculino.

Por fim, nos cabe dizer que o estudo é limitado, tendo em sua metodologia algumas desvantagens como ser considerada muito simplista. No entanto, os levantamentos realizados fazem pensar em muitas possibilidades de estudo na área, nas quais se pode associar a análise de conteúdo a estudos de recepção, por exemplo. Pode-se também ampliar o recorte do estudo, aumentando a linha do tempo ou os locais de pesquisa. Da mesma forma, também é possível abordar outros aspectos relativos à participação das mulheres em Operações de Paz, concentrando mais o estudo.

REFERÊNCIAS

AL-RASHEED, Dania. **Building peace**: a content analysis of women and peacekeeping issues for the Journal International Peacekeeping. Texas State University, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/19507217/ Building_Peace_A_Content_Analysis_of_Women_and_Peacekeeping_Issues_for_the_Journal_International_Peacekeeping](https://www.academia.edu/19507217/Building_Peace_A_Content_Analysis_of_Women_and_Peacekeeping_Issues_for_the_Journal_International_Peacekeeping). Acesso em: 13 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI & Cátedra Unesco, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Plano Nacional de ação sobre mulheres, paz e segurança**. Brasília: FUNAG, 2017.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Resoluções**. Brasília. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14061-resolucoes-mulheres-paz-seguranca>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARREIRAS, Helena. **Women and peace operations: managing crises, making peace**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

CARVALHO, Tatiane E.M; GURGEL, Eduardo Amaral. **Gêneros jornalísticos no ciberespaço**: estudo sobre os portais UOL e G1. Caxias do Sul: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0847-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CERQUEIRA, Carla Braga. A Imprensa e a perspectiva de gênero: quando elas são notícia no dia internacional da mulher, **Observatorio (OBS*) Journal**, 5, p 139-164. Portugal: Universidade do Minho, 2008.

CERQUEIRA, Carla; RIBEIRO, Luísa Teresa; CABECINHAS, Rosa. **Mulheres & Blogosfera**: contributo para o estudo da presença feminina na "rede". idem, n. 19, 2009, p. 111-128.

ESTARQUE, Marina. Militar brasileira enfrentou minas, tempestade de areia e chefou tropa no deserto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/militar-brasileira-enfrentou-minas-tempestade-de-areia-e-chefou-tropa-no-deserto.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. **Sociologias**, v. 12, n. 23, p. 340-353.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo Manual da Redação**. 6. ed. São Paulo: Publi Folha de S. Paulo, 1996. Versão eletrônica, disponível em https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm. Acesso em 20 jan 2020.

GIANNINI, Renata. **Promover gênero para consolidar a paz: a experiência brasileira**. Artigo Estratégico n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, set. 2014.

GIANNINI, Renata; COSTA, Ivana Mara F. A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil no Haiti. In: HAMMAN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires (orgs). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, set.2017.

GIANNINI, Renata; FOLLY, Mayara. **Desafios e boas práticas para implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança**. Nota Estratégica n.28. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, nov. 2017.

GIANNINI, Renata; LIMA, Mariana; PEREIRA, Pérola. Brazil and UN Security Council Resolution 1325: Progress and challenges of the implementation process, **PRISM**, v. 6, n. 1, 2016.

HAMANN, Eduarda; GIANNINI, Renata; PEREIRA, Pérola Abreu. **Mulheres brasileiras em missões de paz: a coragem em dados e relatos**. Artigo Estratégico nº44. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, dez/2019.

HAMANN, Eduarda. **Entrevista exclusiva com a Tenente-Coronel Andréa Firmo**. Instituto Igarapé, 2019. Disponível em: <https://igarape.org.br/entrevista-exclusiva-com-a-tenente-coronel-andrea-firmo/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elas; PALÁCIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**, Salvador; Calandra: Ed. Gjol, 2003.

MARQUES, Marília. **Capacetes azuis: veja o relato de duas militares do DF que foram pioneiras em missões de paz**. G1-DF. Brasília, 29 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/05/29/capacetes-azuis-leia-relatos-de-brasilienses-que-retornaram-de-missoes-de-paz-da-onu.ghtml>. Acesso em: 03 dez, 2019.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória**: apontamentos para debate, 2002. Disponível em: https://facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_informacaomemoria.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempos de mudanças estruturais**. Texto, Porto Alegre, v. 1, n. 24, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução 1325** (2000). Nova Iorque: ONU, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Declaration of Shared Commitments on UN Peacekeeping Operations**. Departamento de Operações de Paz, Nova Iorque: ONU, 2018a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Uniformed Gender Parity Strategy 2018-2028**. Departamento de Operações de Paz, Nova Iorque: ONU, 2018b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/uniformed-gender-parity-2018-2028.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Military**. Departamento de Operações de Paz, Nova Iorque: ONU, 2019. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/military>. Acesso em: 23 jan. 2020.

REBELO, Tamyá Rocha. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.3, p. 817-837. 2013.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística**: um protocolo metodológico. RuMoRes, v. 5, n. 10, p. 18-36. dez. 2011.

SILVEIRINHA, Maria João. **Representadas e representantes**: as mulheres e os media. Media & Jornalismo, 5, p. 9- 30. 2004.

SOUZA, Antônio Aécio Silva. **O observador militar e os desafios da competência comunicacional em missões da ONU:** um relato de experiência. Revista Silva, Humanidades em Ciências Militares, v. 2, n.2, jul- dez, p. 97-106. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005.